



Sistemas agroalimentares e (in)segurança alimentar: o papel da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na cidade de São Paulo

Sistemas agroalimentarios e (in)seguridad alimentaria: el papel de la Agricultura Urbana y Periurbana (AUP) en la ciudad de São Paulo

Jean da Silva Cruz ¹ 

Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol ² 

Resumo

O artigo analisa os impactos do sistema agroalimentar moderno sobre a insegurança alimentar e discute o papel estratégico da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como alternativa de produção e abastecimento, tomando a cidade de São Paulo como referência empírica. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em levantamento bibliográfico e documental, bem como na sistematização e análise de dados secundários relacionados à produção agrícola urbana, às políticas públicas e às dinâmicas socioespaciais da metrópole. Os resultados indicam que o agravamento da fome e da insegurança alimentar evidencia limites estruturais do modelo agroalimentar dominante, marcado pela concentração econômica, pela mercantilização dos alimentos e pela desconexão entre produção e consumo. Nesse contexto, a AUP emerge como estratégia relevante de enfrentamento à pobreza, fortalecimento da segurança alimentar e reterritorialização dos sistemas alimentares, configurando-se também como prática de resistência às dinâmicas econômico-espaciais excludentes presentes no espaço metropolitano.

Palavras-chave: sistemas agroalimentares; insegurança alimentar; reterritorialização dos alimentos; agricultura urbana e periurbana; São Paulo.

Resumen

El artículo analiza los impactos del sistema agroalimentario moderno sobre la inseguridad alimentaria y discute el papel estratégico de la Agricultura Urbana y Periurbana (AUP) como alternativa de producción y abastecimiento, tomando la ciudad de São Paulo como referencia empírica. Metodológicamente, la investigación se basa en un levantamiento bibliográfico y documental, así como en la sistematización y el análisis de datos secundarios relacionados con la producción agrícola urbana, las políticas públicas y las dinámicas socioespaciales de la metrópoli. Los resultados indican que el agravamiento

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campus do Pantanal. Corumbá, MS, Brasil.
E-mail: jean_cruz@ufms.br

² Universidade Estadual Paulista (Unesp). Presidente Prudente, SP, Brasil.
E-mail: medeiroshespanhol@gmail.com

del hambre y de la inseguridad alimentaria evidencia los límites estructurales del modelo agroalimentario dominante, caracterizado por la concentración económica, la mercantilización de los alimentos y la desconexión entre producción y consumo. En este contexto, la AUP emerge como una estrategia relevante para enfrentar la pobreza, fortalecer la seguridad alimentaria y reterritorializar los sistemas alimentarios, configurándose también como una práctica de resistencia frente a las dinámicas económico-espaciales excluyentes presentes en el espacio metropolitano.

Palabras clave: sistemas agroalimentarios; inseguridad alimentaria; reterritorialización de los alimentos; agricultura urbana y periurbana; São Paulo.

Introdução

Nas últimas décadas, o cenário global tem sido marcado pelo agravamento da fome e da insegurança alimentar aguda. Esse processo é intensificado pela concentração de poder nas cadeias agroindustriais, pela especulação com alimentos e pela dependência estrutural dos países subdesenvolvidos em relação aos circuitos globais de produção e comércio, o que amplia a vulnerabilidade alimentar tanto no campo quanto na cidade (Clapp; Moseley, 2020; Monteiro; Cannon, 2019).

Neste artigo, temos como objetivo analisar os impactos do sistema agroalimentar moderno sobre a insegurança alimentar e o papel estratégico da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como sistema agroalimentar alternativo. Para tanto, toma-se como referência a cidade de São Paulo, onde se observa a diversidade e a expansão de práticas agrícolas em áreas urbanas e periurbanas.

Foram adotados, segundo Moraes e Costa (1987), Gil (2002), Sposito (2004) e Marconi e Lakatos (2007), os seguintes procedimentos metodológicos: **i)** levantamento bibliográfico, documental, teórico-conceitual e exploratório. Assim, após a revisão bibliográfica, envolvendo autores consagrados nacionais e internacionais, privilegiaram-se análises à luz da crítica teórica da Geografia e da Economia Política; e **ii)** levantamento de dados secundários em diversas fontes. Para tanto, foram utilizados relatórios internacionais e nacionais, bem como sítios oficiais, cujos dados foram sistematizados e analisados.

A premissa que orienta este estudo sustenta que os sistemas agroalimentares alternativos – particularmente a AUP – representam processos de reterritorialização do alimento e configuram práticas de resistência frente às dinâmicas econômico-espaciais hegemônicas e excludentes impostas pelo capital globalizado.

No Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, a AUP tem assumido papel estratégico ao articular segurança alimentar, inclusão social e sustentabilidade ambiental em um contexto urbano marcado por profundas desigualdades socioespaciais. Essas práticas, desenvolvidas em hortas comunitárias, quintais produtivos e unidades de produção agropecuária familiares, constituem uma resposta concreta às contradições do sistema agroalimentar dominante e revelam novas dinâmicas entre campo e cidade, produção e consumo, economia e território (Ávila, 2005; Locatelli; Hespanhol, 2009).

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das referências bibliográficas. Na primeira, discute-se criticamente o sistema agroalimentar moderno e sua relação com a fome e a insegurança alimentar; em seguida, discutem-se os sistemas agroalimentares alternativos e o papel da AUP; e, por fim, apresentam-se e analisam-se os principais resultados da pesquisa, tomando como referência empírica a experiência da cidade de São Paulo.

O Sistema Agroalimentar Moderno e a (In)segurança Alimentar

A fundamentação teórica deste estudo apoia-se nos princípios da Economia Política e da Geografia, como ponto de partida para uma compreensão analítica e crítica do sistema agroalimentar moderno e de sua estreita relação com a persistência da fome e da insegurança alimentar (Santos, 2011; Porto-Gonçalves, 2006; McMichael, 2013; Holt-Giménez, 2017; Ribeiro Junior, 2021).

O cenário global tem sido marcado pelo agravamento da fome e da insegurança alimentar aguda, associadas a crises recentes. Entre os principais fatores que impulsionam essa realidade, destacam-se os contextos geopolíticos – como conflitos armados e disputas geoeconômicas –, guerras tarifárias, inflação dos alimentos, desemprego, desvalorização cambial e os eventos climáticos extremos (Global Network Against Food Crises - GNAFC, 2025).

Embora esses elementos sejam centrais, é igualmente necessário considerar a lógica global de produção e comércio, que aprofunda a dependência estrutural dos países subdesenvolvidos em relação aos circuitos mercantis impostos pelo sistema agroalimentar dominante, restringindo sua autonomia e capacidade de resposta diante das crises.

Essa dependência estrutural remete às bases históricas do sistema agroalimentar moderno, herdeiro da chamada “Revolução Verde”, caracterizado por uma agricultura convencional, industrial, globalizada e financeirizada. Esse modelo impôs ao campo uma dinâmica fortemente dependente de insumos industriais - como fertilizantes, agrotóxicos e herbicidas -, além da mecanização intensiva e da formação de cadeias agroindustriais voltadas majoritariamente para o mercado externo.

Com isso, favoreceu-se a monocultura em larga escala e consolidou-se uma lógica produtiva exportadora em detrimento da produção diversificada e dos saberes alimentares locais (Primavesi, 1994; Shiva, 2003; Altieri, 2012).

Esse modelo se expandiu com o objetivo de atender aos interesses econômicos mais amplos, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a inserção competitiva no mercado global, especialmente em países subdesenvolvidos - no caso brasileiro, de forma mais intensa a partir da década de 1960.

Nesse contexto, torna-se necessário questionar em que medida esse modelo de produção agroalimentar está relacionado à persistência – e, em alguns casos, ao agravamento – da fome e da insegurança alimentar.

Além de acentuar questões estruturais, como a concentração fundiária, a migração rural-urbana, o desemprego, a marginalização social – sobretudo de povos indígenas e quilombolas - e a degradação ambiental, esse modelo tem gerado efeitos ainda mais graves, que perpetuam a fome e a insegurança alimentar: i) a dependência em relação às importações de alimentos e insumos, dificultando a autossuficiência e a soberania alimentar (Clapp; Moseley, 2020; Stehl *et al.*, 2025); ii) o papel das corporações transnacionais na financeirização dos alimentos, na captura das políticas públicas e no controle corporativo do sistema (Monteiro; Cannon, 2019; Canfield, Anderson e McMichael, 2021); e, iii) a homogeneização biológica e cultural dos sistemas agroalimentares, com perda de biodiversidade e de saberes locais (Primavesi, 1994; Shiva, 2003; Altieri, 2012; Abramovay *et al.*, 2023).

Esse processo decorre da substituição das variedades regionais e adaptadas (ecótipos) por espécies exóticas de alta produtividade, dependentes de insumos e adubos químicos. Tal lógica tem provocado significativa perda de biodiversidade e de espécies alimentícias (Primavesi, 1994; Abramovay *et al.*, 2023).

O modelo privilegia cultivos mais rentáveis e tecnologicamente dependentes, com predomínio da monocultura – expressão máxima da simplificação da natureza (Altieri, 2012). Ao homogeneizar paisagens e reduzir a diversidade natural a poucas espécies cultivadas, a monocultura também se impõe como prática de saber e poder, rompendo a integração entre biodiversidade e conhecimentos tradicionais, como destaca Shiva (2003).

Como consequência, observa-se a desvinculação entre a produção agrícola e o consumo alimentar (Santos, 2012). Soma-se a isso a expansão da indústria de ultraprocessados, que disponibiliza produtos pobres em nutrientes e intensifica os impactos negativos sobre a saúde e a alimentação das populações, sobretudo urbanas (Azevedo, 2022).

Percebe-se, assim, um sistema agroalimentar moderno deslocado e subsumido pela lógica mercantil. Como salienta Porto-Gonçalves (2006, 2011), essa lógica - a da monocultura de exportação – representa, em si mesma, a negação de todo o legado histórico da humanidade na busca pela garantia da segurança alimentar.

A monocultura não objetiva alimentar quem produz, mas sim mercantilizar o produto. Não por acaso, as principais regiões especializadas em agricultura de exportação - particularmente na Ásia, África e América Latina e Caribe - convivem frequentemente com a insegurança alimentar (Porto-Gonçalves, 2006, 2011).

A América Latina constitui um importante fornecedor global de alimentos, exportando cerca de 40% da sua produção e representando 17% do total das exportações mundiais (Fao *et al.*, 2023). Contudo, as decisões relativas às políticas alimentares e agrícolas permanecem estreitamente vinculadas à agricultura exportadora e latifundiária.

Somadas a fatores socioeconômicos - como a pobreza, a extrema pobreza e a desigualdade de rendimentos -, essas decisões têm contribuído para o agravamento da insegurança alimentar na região.

No caso específico do Brasil, no contexto da divisão internacional do trabalho, o país se destaca como um dos principais produtores e exportadores de *commodities* do mundo. Conforme Goldfarb e Mitidiero Junior (2025), essa dinâmica tem transformado o campo e impulsionado o país a uma especialização “primário-exportadora”, produzindo mais desigualdades e menos alimentos saudáveis para os brasileiros.

Nesse contexto, parcela expressiva da população – especialmente os segmentos social e economicamente mais vulneráveis – tem sido progressivamente conduzida a situações de insegurança alimentar e aprofundamento da pobreza.

Tal processo intensificou-se no período de 2016 a 2022, quando, conforme apontam Cruz e Hespanhol (2025), o avanço de agendas neoliberais nos ciclos governamentais imprimiu uma orientação político-ideológica voltada ao desmonte de políticas públicas sociais, particularmente aquelas relacionadas à segurança alimentar. Como consequência, consolidou-se um cenário de agravamento da fome e da insegurança alimentar, afetando de maneira expressiva a população brasileira.

Frente a esse quadro, torna-se imprescindível analisar alternativas ao padrão agroalimentar hegemônico, considerando os sistemas agroalimentares alternativos e reconhecendo a AUP como um eixo estratégico na construção de modelos mais sustentáveis e socialmente inclusivos.

Sistemas Agroalimentares Alternativos e o Papel Estratégico da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)

A insustentabilidade do sistema agroalimentar moderno é evidente. Nesse contexto, emergem os sistemas agroalimentares alternativos, concebidos como formas de produção, distribuição e consumo de alimentos que se contrapõem à lógica industrial, corporativa e financeira (Torres Salcido, 2016; Rivera; Martínez, 2017; Ávila, 2019).

Esses sistemas configuram-se como alternativas de produção agroalimentar profundamente vinculadas ao território e aos alimentos, valorizando recursos sociais, culturais e ambientais, de modo a oferecer outra perspectiva de desenvolvimento socioeconômico. Tais sistemas se sustentam em princípios como a ação coletiva, a governança territorial, os circuitos curtos de comercialização e a multifuncionalidade (Boucher, 2016).

Essas alternativas fornecem um quadro teórico-metodológico de resistência e “reexistência” frente ao sistema agroalimentar dominante. Conforme Torres Salcido (2016), apoiam-se na patrimonialização e na identidade cultural dos alimentos, resgatando práticas e saberes tradicionais e resistindo à padronização imposta pelo agronegócio e à marginalização dos pequenos produtores rurais, quilombolas, indígenas e mulheres.

Nessa perspectiva, o território é compreendido como uma construção social, política e cultural - e não apenas como espaço físico (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004). Tal abordagem permite analisar como cada alternativa, seja rural ou urbana, reorganiza relações de poder, valoriza as culturas locais, influencia políticas públicas inclusivas e promove novas territorialidades.

Entre as estratégias voltadas à construção de sistemas agroalimentares alternativos, destaca-se a AUP, que tem se consolidado como uma resposta essencial frente à crescente insegurança alimentar. Sua relevância é particularmente evidente nas cidades e metrópoles de países subdesenvolvidos, onde o problema se agrava em razão da urbanização acelerada e das recorrentes crises econômicas, sociais e climáticas (Fao, Rikolto e Ruaf, 2022; Hespanhol; Cruz, 2024; Gnafc, 2025).

A lógica capitalista do desenvolvimento urbano na América Latina consolidou um modelo espacial concentrador, excludente e segregador. Essa racionalidade impacta diretamente a produção e a organização das cidades, impondo desafios à segurança alimentar urbana que se manifestam em múltiplas dimensões: i) disponibilidade de alimentos; ii) acesso a mercados e a alimentos frescos; iii) baixa diversidade dos padrões alimentares; iv) exclusão de agricultores familiares das cadeias produtivas; v) expansão urbana sobre áreas agricultáveis; e, vi) importação e elevação contínua dos preços dos alimentos (Torres Salcido, 2010; Duran, 2013; Fao, 2019; Bertolini, Jaime; Di Giulio, 2023).

Nesse contexto, o modelo urbano vigente, conforme argumenta Canettieri (2017), encontra-se subsumido à racionalidade prática do neoliberalismo. Tal racionalidade não apenas orienta a produção e o planejamento do espaço urbano de forma excludente e fragmentada, como também reconfigura os sistemas agroalimentares urbanos, subordinando-os às lógicas mercantis e às cadeias globalizadas de abastecimento de alimentos. Esse processo os distancia progressivamente dos princípios de segurança, soberania e justiça alimentar (Porto-Gonçalves, 2006; Bertolini, Jaime; Di Giulio, 2023).

Para Torres Salcido (2010), a crescente concentração dos canais de distribuição, aliada à hegemonia dos supermercados e à desestruturação dos mercados tradicionais – como centros de distribuição, mercados municipais, sacolões e feiras livres –, tem aprofundado as desigualdades no acesso aos alimentos. Esse processo tem marginalizado pequenos produtores urbanos e periurbanos e contribuído para o aumento da insegurança alimentar nas

áreas urbanas. Diante desse contexto de crise e da busca por sistemas agroalimentares alternativos, a AUP consolidou-se e ganhou destaque a partir da década de 1980, especialmente em razão do crescente reconhecimento político e acadêmico de seu papel estratégico no enfrentamento da insegurança alimentar entre populações urbanas pobres e socialmente marginalizadas (Iaquinta; Drescher, 2000; Bertolini, Jaime; Di Giulio, 2023).

Surgem, assim, múltiplas conceituações formuladas por diferentes áreas e abordagens teóricas, refletindo a diversidade de práticas que vão desde a subsistência doméstica até a agricultura comercial (Nagib, 2016).

Em sua definição institucional mais amplamente adotada, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 1999), em documento apresentado ao Comitê de Agricultura da ONU (COAG) em 1999, reconheceu a AUP como um conjunto de atividades complexas realizadas dentro e ao redor das cidades, destacando seu papel estratégico diante dos desafios urbanos contemporâneos.

Segundo Nagib (2016), esse quadro conceitual abrange atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e silviculturais – incluindo produtos florestais não madeireiros e serviços ecossistêmicos –, considerando tanto as diferenças quanto as complementaridades entre as modalidades urbana e periurbana. De modo semelhante, Zaar (2011, 2015) observa que, embora compartilhem características comuns – por se desenvolverem em áreas intraurbanas ou próximas às cidades e contribuírem para o abastecimento local por meio de cultivos intensivos e criação de pequenos animais –, distinguem-se principalmente pela escala e pela finalidade produtiva dos cultivos. Enquanto a agricultura urbana tende a ocorrer em espaços mais reduzidos e frequentemente orienta-se à subsistência, a agricultura periurbana abrange áreas mais extensas e apresenta maior inserção mercantil. Em ambas as modalidades, observa-se a predominância de práticas agroecológicas, caracterizadas pelo uso reduzido de insumos químicos e pela valorização de técnicas sustentáveis de manejo, o que contribui para a conformação de um sistema de produção alimentar integrado e multifuncional.

No âmbito acadêmico, uma das definições mais influentes de AUP é a formulada por Mougeot (2000), que a compreende como um conjunto de práticas realizadas dentro ou nas periferias das cidades, envolvendo cultivo, criação, processamento e distribuição de produtos alimentares e não alimentares. Essas atividades utilizam predominantemente

recursos urbanos e destinam sua produção ao próprio consumo local, integrando-se aos sistemas econômico, social e ecológico das cidades.

Dessa forma, a AUP se diferencia-se da agricultura realizada nos espaços rurais – ainda que possa manter relações de complementaridade com ela –, em função de critérios como a localização, os tipos de produtos cultivados, a escala de produção, o perfil dos agricultores envolvidos, o acesso a recursos e as formas de articulação com os mercados.

Complementando essa perspectiva e evidenciando o caráter prático e multifuncional da AUP, van Veenhuizen (2006) define a AUP como o cultivo de plantas e a criação de animais dentro e ao redor das cidades, abrangendo desde práticas domésticas até sistemas comerciais. O autor destaca sua multifuncionalidade – social, econômica e ecológica –, bem como seu potencial para promover segurança alimentar, geração de renda e sustentabilidade urbana, ainda que reconheça riscos relacionados à contaminação, poluição e uso inadequado de recursos.

Desenvolvida em áreas intraurbanas e periurbanas, a AUP abrange uma diversidade de práticas agrícolas, pecuárias e extrativistas voltadas ao autoconsumo e à comercialização, promovendo circuitos curtos de produção e distribuição.

Dessa forma, a AUP destaca-se como uma prática dinâmica, simultaneamente multifuncional e multidimensional. Em sua dimensão multifuncional, ultrapassa a simples produção de alimentos e passa a configurar-se como um instrumento de transformação urbana. Impulsionada, em grande medida, por movimentos sociais que reivindicam o uso coletivo e democrático do espaço urbano, essa prática também promove relações de solidariedade, incentiva o conhecimento dos ciclos naturais e contribui para a valorização da cultura alimentar local, conforme destaca Nagib (2016).

Já em sua dimensão multidimensional, a AUP envolve práticas agrícolas, pecuárias, extrativistas e de transformação de alimentos, articulando aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e de saúde (Santadreu; Lovo, 2007; Nagib, 2016).

Nesse sentido, é fundamental compreender as dinâmicas e práticas da AUP nas áreas urbanas e periurbanas das cidades latino-americanas, com destaque para a cidade de São Paulo. A literatura especializada ressalta a importância de reconhecer os novos vínculos estabelecidos entre campo e cidade, nos quais a AUP assume papel central não apenas como resposta às contradições do modelo agroalimentar moderno, mas também

como expressão de resistência territorial e de construção de novas dinâmicas socioterritoriais, econômicas e ambientais locais (Ávila, 2005, 2012; Zaar, 2011, 2015; Bertolini, Jaime; Di Giulio, 2023).

A Agricultura Urbana e Periurbana no Contexto da Urbanização e Metropolização: Experiências em São Paulo

O reconhecimento dos novos vínculos entre campo e cidade tem permitido avanços significativos em relação à antiga dicotomia urbano–rural. Essa nova perspectiva tem contribuído para compreender que a prática da agricultura já não é exclusiva do campo; ao contrário, ela se mostra cada vez mais presente em espaços urbanos e periurbanos (Locatel; Hespanhol, 2009).

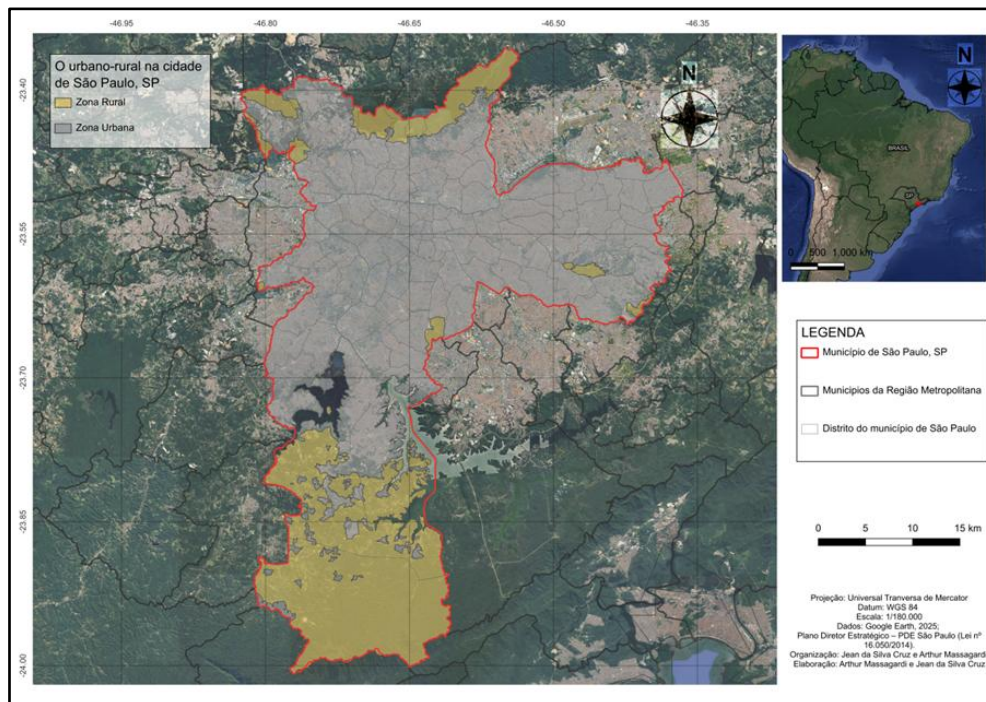
Essa compreensão é reforçada pelo processo de urbanização e metropolização, que, embora complexo e disruptivo, representa uma nova etapa na produção do espaço urbano – especialmente nas metrópoles, ainda que não se restrinja a elas.

Segundo Lencioni (2020) e Rua (2020), trata-se de um processo que: (a) extrapola territorialmente, integrando espaços heterogêneos, descontínuos e polinucleares em seu funcionamento; e (b) alcança também os espaços rurais, criando “urbanidades no rural”, entendidas como manifestações de territórios híbridos nos quais o urbano e o rural se entrelaçam.

Em meio a esses novos vínculos rural-urbanos, conforme destacam Ávila (2005) e Rua (2020), vêm sendo produzidos espaços simbióticos, marcados por expressões de hibridização que são, simultaneamente, conflituosas, desiguais e de resistência. É precisamente nesse contexto que se situa o ponto de partida para refletir sobre o papel da AUP na cidade de São Paulo e em seu entorno metropolitano (Mapa 1).

Sob uma perspectiva analítico-qualitativa, São Paulo configura-se como uma das megacidades globais, abrigando 11,45 milhões de habitantes distribuídos em uma área de 1.521 km², conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023). Enquanto metrópole inserida em um contexto de modernidade periférica e inconclusa – nos termos de Duhau e Giglia (2016) –, apresenta dinâmicas urbanas marcadas por profundas contradições socioespaciais.

Mapa 1 – Mapa de representação dos espaços urbano-rurais na cidade de São Paulo



Fonte: São Paulo, 2021.

Org.: Arthur Massagardi e Jean Cruz (2025).

Inserida em uma região metropolitana que abriga cerca de 22,8 milhões de habitantes (United Nations, 2018), São Paulo constitui um dos maiores aglomerados urbanos do planeta, revelando tanto o dinamismo econômico quanto as profundas desigualdades que marcam o processo de metropolização brasileira (Lencioni, 2017).

Assim como ocorre em grande parte das metrópoles dos países subdesenvolvidos, São Paulo caracteriza-se, segundo Ramírez (2010), por formas urbanas extensas, dispersas e conurbadas, cujos limites tornam-se progressivamente mais distantes, difusos e imprecisos.

Esse processo resulta, de acordo com Duhau e Giglia (2016), em um tecido urbano fragmentado, tanto espacial quanto social e culturalmente. Como consequência dessas contradições, Nagib (2016) evidenciou como as desigualdades sociais, ambientais e alimentares tornam-se espacialmente visíveis, revelando um quadro de crise de insustentabilidade.

Segundo Salata e Ribeiro (2022), a análise dos indicadores de pobreza e extrema pobreza entre 2020 e 2021, confirma o aprofundamento das desigualdades urbanas nas metrópoles brasileiras. Em São Paulo, no ano de 2020, 15,7% da população (aproximadamente 3,44 milhões de pessoas) vivia em situação de pobreza. Em 2021, esse percentual elevou-se para 17,8%, atingindo cerca de 3,92 milhões de habitantes. De forma

igualmente preocupante, a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza aumentou de 3,2% (708 mil indivíduos) em 2020 para 4,7% (aproximadamente 1,07 milhão) em 2021³.

A relação direta entre desigualdade social, renda e fome torna-se, nesse contexto, particularmente evidente. Ribeiro Júnior, Bandoni e Tomita (2024) apontam que, nesse mesmo período, pouco mais da metade da população da cidade de São Paulo — cerca de 5,8 milhões de pessoas — residia em domicílios em situação de insegurança alimentar. Segundo o estudo (Ribeiro Júnior, Bandoni; Tomita, 2024), nesses domicílios afetados, as pessoas demonstravam preocupação constante com a disponibilidade de alimentos no futuro próximo. Em decorrência dessa insegurança, adotaram estratégias de restrição alimentar, como a redução da qualidade e da variedade dos alimentos consumidos, a diminuição do tamanho das porções, a supressão de refeições e, em casos mais graves, a vivência de episódios de fome, chegando inclusive a passar um dia inteiro sem se alimentar.

O levantamento também revelou que 70% dos domicílios em situação de insegurança alimentar grave possuíam renda de até meio salário-mínimo *per capita* – aproximadamente R\$ 660,00 mensais –, valor inferior à linha internacional de pobreza definida pelo Banco Mundial (US\$ 6,85/dia). Entre esses domicílios de menor renda, 38,7% encontravam-se em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, comprovando a estreita correlação entre precariedade econômica e privação alimentar.

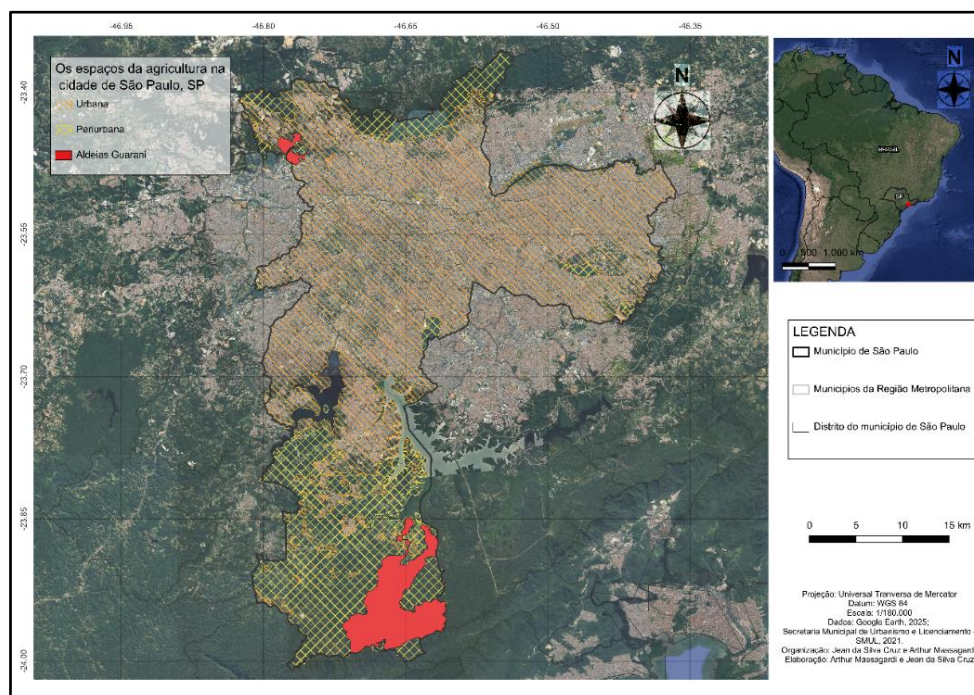
É nesse contexto que a AUP se estabelece como um sistema agroalimentar alternativo e estratégico. Ela não apenas contribui para a soberania e a segurança alimentar e para a proteção dos ecossistemas urbanos – nas formas de agricultura desenvolvidas em quintais produtivos, loteamentos, hortas comunitárias, hortas institucionais, hortas urbanas e unidades de agricultura familiar –, mas também se configura como uma expressão política de resistência, representada, por exemplo, pela chamada agricultura urbana de guerrilha⁴ (Nagib, 2016; Biazoti *et al.*, 2021).

³ Conforme a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024), o Banco Mundial define como linha de pobreza a renda de até US\$ 6,85 por pessoa/dia – equivalente a cerca de R\$ 665 mensais no Brasil – e como linha extrema pobreza a renda de até US\$ 2,15 por pessoa/dia, aproximadamente R\$ 209 mensais.

⁴ Refere-se, segundo Nagib (2016), ao seu viés ativista, advindo dos movimentos contraculturais do início das décadas de 1960 e 1970. Desse modo, a agricultura urbana materializa-se por meio de ações em terrenos públicos ou privados sem permissão prévia; tais práticas, sobretudo por meio das hortas urbanas, constituem-se como símbolos de luta pela reestruturação do espaço urbano, pela apropriação do espaço público, pela origem e qualidade dos alimentos e pelo direito à cidade.

No Brasil, aproximadamente 75% das experiências de AUP concentram-se em regiões metropolitanas de grandes capitais, o que reforça seu papel estratégico no enfrentamento dos desafios impostos pela urbanização acelerada e pela insegurança alimentar (São Paulo, 2016). No caso da cidade de São Paulo, estima-se a existência de aproximadamente 222 km² de áreas potencialmente cultiváveis, representando 14,75% do território, conforme ilustrado no Mapa 2.

Mapa 2 – Mapa de representação dos espaços da agricultura na cidade de São Paulo (SP)



Fonte: São Paulo, 2021.

Org.: Arthur Massagardi e Jean Cruz (2025).

Aprofundando a análise referente à espacialização da agricultura urbana no município de São Paulo, observa-se que as práticas agrícolas estão distribuídas tanto em regiões centrais (intraurbanas) quanto em áreas periféricas (periurbanas). De acordo com dados oficiais da Prefeitura de São Paulo (2025)⁵, no âmbito das iniciativas intraurbanas, destacam-se as hortas urbanas (213 unidades), que envolvem ações coletivas e individuais desenvolvidas em quintais, propriedades privadas e espaços públicos. Além dessas, registram-se hortas em equipamentos públicos (1.663 unidades), vinculadas diretamente a instituições municipais, seja por meio de políticas públicas específicas, seja por

⁵ Ver a plataforma [Sampa+Rural](#).

iniciativa de servidores ou da própria comunidade — como ocorre em hortas escolares, em unidades de saúde, parques e equipamentos culturais, evidenciando a inserção da agricultura urbana em diferentes dimensões da gestão e do uso do espaço urbano.

Na cidade de São Paulo, considerando seu entorno metropolitano e periurbano — que corresponde a aproximadamente um terço do território municipal⁶ e apresenta características rurais que se entrelaçam com o urbano —, encontram-se diversas iniciativas de produção agrícola (São Paulo, 2025)⁷. Essas áreas são categorizadas como Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), totalizando 823 unidades. Elas estão distribuídas em 40 unidades na zona Norte, 131 na zona Leste e 636 na zona Sul, especialmente nos distritos de Parelheiros e Marsilac. Esses territórios concentram a maior parte das UPAs e coincidem com áreas de maior vulnerabilidade socioespacial, abrigando também aldeias indígenas da etnia Guarani, cujas comunidades mantêm a agricultura como elemento essencial de sua cultura e de sua segurança alimentar (São Paulo, 2021).

Nessas regiões, os produtores agrícolas — dos quais 29% das unidades são chefiadas por mulheres — desenvolvem atividades em pequenas propriedades de agricultura familiar. Em termos de área, 23% das unidades possuem menos de 0,1 hectare, 64% situam-se entre 1 e 5 hectares e 13% ultrapassam 5 hectares, abrangendo tanto culturas temporárias quanto perenes. A produção é diversificada: legumes, verduras e raízes (33%); plantas ornamentais (22%); frutas (32%); e outros cultivos (8%). Parte dessa produção é orgânica (6%) ou está em transição agroecológica (4%), demonstrando a presença de práticas sustentáveis no espaço periurbano paulistano (São Paulo, 2021).

A AUP de São Paulo e de seu entorno metropolitano apresenta múltiplos objetivos e funções que vão além do abastecimento alimentar. Sua multifuncionalidade abrange dimensões como lazer, turismo, geração de renda, troca de experiências, mitigação ambiental, conservação de áreas florestais, proteção de recursos hídricos e gestão de resíduos. Trata-se, portanto, de uma prática diversa, presente desde praças e coberturas verdes em áreas centrais — como Vila Madalena e Pinheiros — até zonas periféricas como a Zona Sul e a Zona Leste, onde a agricultura é desenvolvida sob linhas

⁶ Ver [Gestão Urbana SP](#).

⁷ Ver [Gestão Urbana SP](#).

de transmissão elétrica e em terrenos ociosos organizados por moradores, famílias e vizinhos (São Paulo, 2016).

A comercialização da produção proveniente da AUP constitui elemento central para compreender sua inserção em um sistema agroalimentar alternativo. Segundo Biazoti *et al.* (2021) e Leão, Curan e Marques (2023), a maior parte dessa produção é escoada por circuitos curtos de proximidade, que incluem feiras agroecológicas, cestas comunitárias, cooperativas locais e pontos informais de venda direta.

Durante a pandemia da covid-19, esses canais se mostraram essenciais para o abastecimento local e a manutenção das redes solidárias de produção e consumo, confirmando o papel estratégico da AUP no combate à fome e na promoção da segurança alimentar.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (São Paulo, 2016) registra que a Prefeitura de São Paulo tem estimulado a implantação de feiras agroecológicas e da agricultura familiar, incentivando a inserção de produtos de base agroecológica nos mercados e sacolões municipais, além de fortalecer os programas públicos de aquisição de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas favorecem o escoamento da produção local e o acesso a alimentos saudáveis por famílias em situação de vulnerabilidade, reafirmando a importância da AUP como parte do sistema público de abastecimento.

Entretanto, apesar dos avanços institucionais, a inserção dos agricultores urbanos e periurbanos nos grandes canais de distribuição – como a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e as redes privadas de supermercados e hipermercados – ainda é limitada, devido às barreiras logísticas, à escala reduzida de produção e às restrições de preço. Isso demonstra a marginalização desses produtores frente à hegemonia da Grande Distribuição (GD), especialmente nas metrópoles. Como argumenta Torres Salcido (2010, p. 14-15), esse processo busca impor “uma dinâmica de dependência na comercialização de alimentos e na produção agrícola, destruindo e reduzindo a relevância das cadeias locais de produção e distribuição”.

Essa lógica de concentração e dependência não se restringe apenas à produção, mas também se reflete na distribuição e no consumo de alimentos, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades territoriais. Em outras palavras, observa-se a

incidência de impactos relacionados ao acesso desigual aos alimentos, decorrentes da concentração tanto dos equipamentos públicos quanto dos privados (São Paulo, 2016). Em cidades de dimensões metropolitanas, como São Paulo, cuja forma urbana é marcada pela extensão e pela fragmentação, torna-se manifesto a desigualdade socioespacial no acesso a alimentos saudáveis. Embora o município conte com 922 feiras livres, 15 mercados municipais e 16 sacolões municipais⁸, esses equipamentos concentram-se, em grande parte, em regiões de média e alta renda, especialmente no Centro e na Zona Oeste.

O Inquérito sobre a Situação Alimentar no Município de São Paulo (Ribeiro Júnior, Bandoni; Tomita, 2024) demonstrou que aproximadamente 72% das pessoas em situação de insegurança alimentar grave (fome) residiam nas áreas mais periféricas da cidade - 446 mil na Zona Leste II, 297 mil na Zona Sul II, 205 mil na Zona Norte; e 86 mil na Zona Oeste.

Essas populações periféricas são as mais afetadas pelas desigualdades no acesso a alimentos saudáveis, tornando-se reféns dos chamados “desertos alimentares” – territórios marcados pela ampla oferta e pelo consumo predominantemente de alimentos ultraprocessados, de baixa qualidade nutricional, e de refeições rápidas (Duran, 2013; Torres Salcido, 2010). Tal situação é particularmente grave entre segmentos da classe trabalhadora submetidos à informalidade e à superexploração do trabalho. Nessas condições, as rotinas e práticas alimentares urbanas são atravessadas pela imposição de produtos padronizados e globais, o que contribui tanto para o enfraquecimento das tradições alimentares quanto para a reprodução das desigualdades no acesso à alimentação adequado e saudável.

Nesse contexto, o fortalecimento dos circuitos curtos e solidários de comercialização configura-se como uma importante estratégia de resistência e construção de autonomia, ao buscar ressignificar as relações entre produção e consumo nas cidades. Ao aproximar geograficamente produtores e consumidores, essas iniciativas promovem a circulação de alimentos frescos e diversificados, a valorização do trabalho local e contribuem para a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

As pressões do crescimento urbano – como a especulação imobiliária e as ocupações irregulares em áreas de mananciais e encostas, provam, conforme Bassetto (2022), a lógica de um padrão periférico de ocupação, que agrava os indicadores

⁸ Ver [Mercados, Sacolões Municipais e Feiras Livres - Subprefeituras - Prefeitura](#)

socioeconômicos e o déficit de infraestrutura. A expansão horizontal ilimitada da metrópole gera tensões e conflitos, mas também formas de resistência social e territorial.

Nesse entrelaçamento urbano-rural, que dá origem a expressões territoriais híbridas – ainda que marcadas por contradições e desigualdades –, emergem, conforme Ávila (2019), novos sujeitos sociais. Inseridos nas zonas periurbanas, esses atores protagonizam formas de resistência à mercantilização da terra e à expropriação de seus espaços de vida, por meio de práticas agrícolas, culturais e ambientais que reafirmam o vínculo com o território e a busca por autonomia.

Nesse contexto de reconfiguração territorial, a AUP surge como uma prática que, em muitos casos, tensiona e resiste à lógica urbana hegemônica, ao preservar dinâmicas próprias em áreas rurais incorporadas ao espaço metropolitano - ainda que permaneça pouco visibilizada nas políticas públicas.

Travassos e Portes (2018) observam que esses territórios sofrem de significativa invisibilidade institucional, pois se situam na zona limítrofe entre as políticas rurais e a urbanas, ficando à margem de ambas em razão da persistente dicotomia entre urbano e rural. Apesar disso, os autores reconhecem sua importância como espaços de pluriatividade e multifuncionalidade, alertando para a urgência de seu reconhecimento institucional.

Nesse sentido, o periurbano metropolitano exige novas formas de regulação e de políticas públicas que considerem a complexidade territorial e a necessária intersectorialidade das dinâmicas socioespaciais que o constituem.

Considerações finais

Constata-se que o sistema agroalimentar moderno, estruturado sob a lógica do capital globalizado, industrial e corporativo, constitui-se como um dos principais fatores de reprodução da fome e da insegurança alimentar contemporânea. Esse sistema reforça a dependência tecnológica e comercial, intensifica a concentração fundiária, promove a homogeneização dos padrões produtivos e alimentares e amplia a financeirização dos alimentos, subordinando o direito humano à alimentação adequada às dinâmicas mercantis.

Nesse sentido, a crise alimentar não pode ser compreendida apenas como consequência de conjunturas geoeconômicas, geopolíticas ou climáticas recentes, mas

deve ser analisada como expressão direta das contradições estruturais inerentes ao próprio modelo agroalimentar dominante.

Neste contexto, os sistemas agroalimentares alternativos – e, de modo particular, a AUP – emergem como respostas concretas e estratégicas diante das múltiplas dimensões da (in)segurança alimentar. A AUP reafirma o papel do território como espaço de resistência e reexistência, articulando dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais em práticas produtivas enraizadas no cotidiano urbano.

Sua materialização ocorre por meio de hortas comunitárias, quintais produtivos e unidades de produção familiar localizadas, sobretudo, nas zonas periféricas, evidenciando seu potencial para reconstruir vínculos entre campo e cidade e para promover a reapropriação social do espaço urbano.

A experiência da cidade de São Paulo, analisada neste artigo, ilustra de forma emblemática de como a AUP pode contribuir para a reconfiguração das relações entre produção, consumo e território. As iniciativas paulistanas de AUP, distribuídas entre áreas centrais e periféricas, não apenas ampliam o acesso a alimentos frescos e saudáveis, como também fomentam circuitos curtos de comercialização, fortalecem redes de solidariedade e de inclusão produtiva e promovem a valorização do trabalho feminino e comunitário. Além disso, desempenham funções ecológicas e sociais essenciais, ao mitigar impactos ambientais, contribuir para a conservação de áreas de mananciais e reforçar identidades territoriais, evidenciando o caráter multifuncional da AUP no contexto metropolitano.

Entretanto, o fortalecimento dessas práticas ainda enfrenta desafios estruturais, que envolvem desde o reconhecimento institucional e sua efetiva integração às políticas públicas – tanto urbanas quanto rurais – até a superação das barreiras logísticas e mercantis que limitam sua inserção nos sistemas de abastecimento. A persistência da fragmentação entre as políticas urbanas e rurais reforça a invisibilidade das áreas periurbanas que, embora exerçam papel crucial na segurança alimentar e ambiental das metrópoles, continuam à margem das agendas de planejamento e governança territorial.

Diante desse quadro, torna-se imperativo repensar as políticas alimentares e urbanas a partir de uma perspectiva territorial integrada, capaz de reconhecer a complexidade das dinâmicas urbano-rurais e de valorizar práticas agroecológicas e comunitárias como

componentes estruturantes de sistemas agroalimentares alternativos. Nessa direção, a AUP afirma-se não apenas como uma modalidade produtiva, mas como uma prática política e territorial voltada à construção de cidades mais justas, sustentáveis e resilientes.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro por meio da concessão nº 2022/04730-2, no âmbito do Programa Regular/Bolsas no País – Pós-Doutorado (Fluxo Contínuo).

Referências

ABRAMOVAY, R. *et al.* Promoting diversity in agricultural production towards healthy and sustainable consumption: T20 policy brief. New Delhi: **Observer Research Foundation**, 2023.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ÁVILA, H. Líneas de investigación y el debate en los estudios urbano-rurales. *In*: CENTRO REGIONAL DE INVESTIGACIONES MULTIDISCIPLINARIAS (CRIM/UNAM). **Lo urbano-rural ¿nuevas expresiones territoriales?** México: CRIM/UNAM, 2005.

ÁVILA, H. Las prácticas agrícolas en las periferias metropolitanas: territorialización y sociabilidad en ámbitos de interfase urbano-rural en América Latina. *In*: MARTINS, P.; ÁVILA, H.; WELTER, T. (org.). **Territorio e sociabilidade**: relatos latinoamericanos. Florianópolis: Editora da UDESC, 2012.

ÁVILA, H. Agricultura urbana y periurbana: reconfiguraciones territoriales y potencialidades en torno a los sistemas alimentarios urbanos. **Investigaciones Geográficas**, México, n. 98, abr. 2019.

AZEVEDO, E. **Ultraprocessados, ultraesfomeados e o sistema agroalimentar moderno**. MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. Brasil, 2022. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/artigos/ultraprocessados-ultraesfomeados-e-o-sistema-agroalimentar-moderno/>. Acesso em: 24 out. 2022.

BASSETTO, V. L. **Agricultura urbana e políticas públicas no município de São Paulo**: um estudo de caso no distrito de Parelheiros. 2022. 146 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BERTOLINI, G.; JAIME, P. C.; DI GIULIO, G. M. O papel da agricultura urbana e periurbana na segurança alimentar global do pós-guerra à crise da Covid-19: novas perspectivas em justiça alimentar, saúde global e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902023230330pt>

- BLAZOTI, A. *et al.* Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 101, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.012>
- BOUCHER, F. Sistemas agroalimentarios localizados (SIAL) en América Latina: de un concepto geográfico a la gestión territorial con enfoque SIAL. *In*: TORRES SALCIDO, G. (coord.). **Territorios en movimiento: sistemas agroalimentarios localizados, innovación y gobernanza**. México: Bonilla Artigas Editores; UNAM/CIALC, 2016.
- CANETTI, T. A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 3, p. 513–530, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n3p513> Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5475>. Acesso em: 23 out. 2025.
- CANFIELD, M.; ANDERSON, M.; MCMICHAEL, P. UN Food Systems Summit 2021: dismantling democracy and resetting corporate control of food systems. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, Lausanne, v. 5, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.661552>
- CLAPP, J.; MOSELEY, W. G. This food crisis is different: COVID-19 and the fragility of the neoliberal food security order. **The Journal of Peasant Studies**, Abingdon, v. 47, n. 4, p. 1393–1417, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1823838>
- CRUZ, J. S.; HESPANHOL, R. A. de M. O Estado e as políticas públicas de combate à fome no Brasil. **Social Sciences & Humanities Open**, v. 11, p. 101495, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2025.101495>
- DUHAU, E.; GIGLIA, A. **Metrópoli, espacio público y consumo**. México: FCE, 2016.
- DURAN, A. C. F. L. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar**. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- FAO - Food and Agriculture Organization. **Urban and peri-urban agriculture**. Rome: FAO, 1999. Disponível em: <https://www.fao.org/3/X0076e/X0076e00.htm> Acesso em: 10 set. 2025.
- FAO – Food and Agriculture Organization. **FAO framework for the Urban Food Agenda**. Rome: FAO, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4060/ca3151en>.
- FAO – Food and Agriculture Organization; RIKOLTO and RUAF - Global Partnership on Sustainable Urban Agriculture and Food Systems. **Urban and peri-urban agriculture sourcebook: from production to food systems**. Rome: FAO, Rikolto and RUAF, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4060/cb9722en>.
- FAO - Food and Agriculture Organization; FIDA - Investir en la Población Rural; OPS - Organización Panamericana de la Salud; PMA - Programa Mundial de Alimentos; UNICEF - Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia. **Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional – América Latina y el Caribe 2023: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables**. Santiago, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4060/cc3859es>
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GNAFC - Global Network Against Food Crises. **Global Report on Food Crises 2025**. Rome: Food Security Information Network (FSIN), 2025.

GOLDFARB, Y.; MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Agro, um bom negócio para o Brasil?** São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, R. A. M.; CRUZ, J. S. (org.). **Agricultura, políticas públicas e abastecimento alimentar**. 1. ed. São Paulo: Consequência Editora, 2024.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **A foodie’s guide to capitalism: understanding the political economy of what we eat**. New York: Monthly Review Press, 2017. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctt1pwt8gg>

IAQUINTA, D.; DRESCHER, A. W. Defining peri-urban: understanding rural-urban linkages and their connection to institutional contexts. *In: INTERNATIONAL RURAL SOCIOLOGY ASSOCIATION. Tenth World Congress...*, Rio de Janeiro, ago. 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 out. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/12/sintese-indicadores-sociais-ibge-2024.pdf>. Acesso em: 9 set. 2025.

LEÃO, A.; CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. A agricultura urbana e periurbana do município de São Paulo diante da pandemia de Covid-19: análises de experiências pertinentes para o combate à fome. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 30, p. 1–17, e023002, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8670691>

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, S. Metropolização. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43103> Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43103>. Acesso em: 23 out. 2025.

LOCATEL, C. D.; HESPANHOL, A. N. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. *In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (org.). Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MCMICHAEL, P. **Food regimes and agrarian questions**. Halifax: Fernwood Publishing, 2013.

MONTEIRO, C. A.; CANNON, J. The role of the transnational ultra-processed food industry in the pandemic of obesity and its associated diseases: problems and solutions. **World Nutrition**, v. 10, n. 1, p. 89–99, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26596/wn.201910189-99>

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura urbana – conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, 2000.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

PRIMAVESI, A. M. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ, B. R. ¿De vuelta a la megalópolis y a la región central del país? *In*: HARTTMAN, R. E. (coord.). **La zona metropolitana del Valle de México: los retos de la megalópolis**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 105, p. 1–18, jan./jul. 2021.

RIBEIRO JUNIOR, J. R.; BANDONI, D.; TOMITA, L. Y. (coord.). **I Inquérito sobre a Situação Alimentar no Município de São Paulo: primeiros resultados**. São Paulo: UNIFESP; UFABC, 2024.

RIVERA, M. C. V.; MARTÍNEZ, J. M. T. (coord.). **Gobernanza territorial y sistemas agroalimentarios localizados en la nueva ruralidad**. Ciudad de México: Red SIAL-México, 2017.

RUA, J. Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a45717> Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/45717>. Acesso em: 23 out. 2025.

SALATA, R. A.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**, n. 9, 2022. Porto Alegre: Observatório das Metrôpoles, 2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte: Rede; Ipes, 2007.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SÃO PAULO (Município). **1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: 2016–2020**. São Paulo: CAISAN-Municipal, 2016.

SÃO PAULO (Município). SMUL – Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento. SISRURAL - Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural e Ambiental. **A inovação na assistência técnica e extensão rural aplicada à agricultura familiar em grandes cidades**. São Paulo: SMUL, 2021. (Cartilhas do Projeto Ligue os Pontos, 3).

SÃO PAULO (Município). **Agricultores**. Sampa+Rural. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/categoria/agricultores>. Acesso em: 10 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Zona rural**. Gestão Urbana. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-rural/>. Acesso em: 10 set. 2025.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da alimentação**. São Paulo: Gaia, 2003.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788539302741>

STEHL, J. *et al.* Gap between national food production and food-based dietary guidance highlights lack of national self-sufficiency. **Nature Food**, v. 6, n. 6, p. 571–576, jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1038/s43016-025-01173-4>

TORRES SALCIDO, G. **Distribución de alimentos: mercados y políticas sociales**. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

TORRES SALCIDO, G. (coord.). **Territorios en movimiento: sistemas agroalimentarios localizados, innovación y gobernanza**. México: Bonilla Artigas Editores; UNAM/CIALC, 2016.

TRAVASSOS, L.; PORTES, B. Rural metropolitano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo (Brasil). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 14, p. 359–380, set. 2018.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Urbanization Prospects: the 2018 revision**. New York: United Nations, 2018. Disponível em: <https://population.un.org/wup/assets/WUP2018-Report.pdf>. Acesso em: 10 set. 2026.

VAN VEENHUIZEN, R. (org.). **Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities**. Leusden: RUAF Foundation; IDRC; IIRR, 2006.

ZAAR, M. H. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen e importancia actual. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 16, n. 944, 2011.

ZAAR, M. H. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 3, p. 26–44, 2015.

Recebido em 28/11/2025. Aceito para publicação em 20/03/2026.
--